

## **FIESC, EDUCAÇÃO PÚBLICA E A AGENDA GOVERNAMENTAL**

Amanda de Oliveira<sup>1</sup>, Mariléia Maria da Silva<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Acadêmica da Universidade do Estado de Santa Catarina, Curso de Licenciatura em História, FAED.  
Bolsista PROBIC/UDESC.

<sup>2</sup> Orientadora, Departamento de Pedagogia, FAED, Universidade do Estado de Santa Catarina –  
marileiamaria@hotmail.com

**Palavras-chave:** Educação. Eleições. FIESC. Privatização.

O presente trabalho refere-se a um recorte de uma pesquisa em desenvolvimento que tem como objeto o estudo da Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC) e seu projeto de educação para a classe trabalhadora. O presente resumo apresenta os resultados deste recorte, objetivando analisar particularmente o tema educação contido na agenda apresentada por parte da Fiesc aos candidatos ao governo do Estado de Santa Catarina, quando das eleições de 2010 e 2014, materializada nos documentos: “Carta da Indústria” de 2014 e “Desenvolvimento Santa Catarina: Uma Visão da Indústria” de 2010.

A reflexão sobre o projeto político-econômico da FIESC deu-se mediante leituras dos documentos buscando encontrar suas contradições. Para isto nos apoiamos na metodologia de análise proposta por Shiroma; Campos; Garcia, (2005) e Evangelista (2012). Para as autoras, partindo-se do pressuposto de que o pesquisador é produtor de conhecimento, deduz-se que a constituição do *corpus* documental é ele quem o define, porém a racionalidade documental não está dada a *priori*, esta é construída mediante os elementos oferecidos pelas evidências empíricas.

Os documentos foram formulados pela FIESC por ocasião das eleições no âmbito estadual e federal com o fito de evidenciar aos candidatos ao governo de Santa Catarina e aos candidatos à Presidência da República uma determinada pauta, considerando os interesses do setor industrial. Ambos os documentos apresentam a indústria como centro gravitacional de uma sociedade saudável, e assim, promotora de ciclos virtuosos no qual toda Santa Catarina se consagraria vencedora. Por meio deste pressuposto, a FIESC afirma a completa negação das classes sociais, que se divide entre os produtores e aqueles que expropriam e exploram o proletariado. A tese da cooperação pelo desenvolvimento é formulada tendo como base a relação entre os índices de renda per capita e produção industrial. Neste sentido, apresenta-se a mesma metodologia, qual seja: demonstrar as virtuosas qualidades do estado, para em seguida abordar suas deficiências e trazer a agenda a ser aplicada para promover o tal desenvolvimento sustentado (FIESC, 2010).

Quanto aos entraves que são apresentados como forma de contenção do desenvolvimento sustentado, os documentos são bastante repetitivos em ressaltar as debilidades na qualificação da força de trabalho, os elementos de tributação e os investimentos em infraestrutura. Deste modo, compreendendo como para a FIESC a educação é central para o disciplinamento do proletariado, buscamos nos aprofundar nesta temática.

Na perspectiva da Federação, o tema da educação apresenta diagnósticos e requer soluções semelhantes nos documentos de 2010 e 2014. Aponta-se: que a educação não se

restringe a mera formação escolar, mas à qualificação do trabalhador para o mercado do trabalho. Ressalta-se que o problema não está nas vagas para o ensino profissionalizante, mas na qualidade do ensino básico, que por sua vez se reflete na continuidade do percurso formativo no ensino superior ou técnico. Além disso, a educação está intimamente articulada com a questão da inovação industrial. E no ensino superior haveria um descompasso grande entre os cursos e as necessidades do mercado. Para concluir o raciocínio, justificam a argumentação com as conclusões do PISA, que expõe a educação brasileira como uma das piores do mundo<sup>1</sup> (FIESC, 2010, p. 58).

Por conseguinte, a resposta que a FIESC aponta para solucionar estes problemas constitui-se em uma pauta mínima de propostas, que deveria ser adotada pelo Estado. Observando com cautela esses documentos, fica evidente, mediante os termos e as propostas apresentadas, que a pauta mínima coaduna e reproduz as orientações de organismos multilaterais, que por sua vez estão alinhados aos interesses do capital internacional.

Neste sentido, explicitamente em 2010 a FIESC apresenta a necessidade de atrelar o assalariamento do professorado às avaliações em larga escala, pautada na ideia de remuneração conforme os resultados alcançados. Essa política articula-se a flexibilização das relações de trabalho imposta a partir dos anos de 1970, com a reestruturação econômica do capital que transformou a forma de acumulação rígida em flexível.

Quando os documentos falam em “criar mecanismos para incentivar empresas a manter programas sociais voltados à educação básica de qualidade” (FIESC, 2010, p.59), compreendemos que se trata da articulação com a política implementada pelo governo federal em 2014, no PNE – Plano Nacional de Educação 2014-2024, que oficializa a intervenção da iniciativa privada nas políticas públicas educacionais (COLEMARX, 2016, p.39).

Este processo de entrega do setor público para gestão privada na perspectiva da FIESC deve ser também estendido para o ensino técnico de nível médio, conforme proposição de 2010: “Utilizar o Fundo Social do estado para concessão de bolsas para educação profissional de nível médio, a exemplo do que já ocorre com o ensino superior” (FIESC, 2010, p.59). Nas entrelinhas, pode-se perceber os objetivos da FIESC no que tange à formação de técnicos através de sua plataforma SENAC e SENAI, com dinheiro público pela concessão de bolsas.

Ainda assim, em outro excerto a FIESC aponta “Melhorar os indicadores de qualidade da Educação Básica, principalmente aqueles relacionados à proficiência em Língua Portuguesa, Matemática e Ciências” (FIESC, 2014, p.57). Neste sentido, A Reforma do Ensino Médio de 2017, redigida sob o MP 746 e referendada na Lei n. 13.415 de 16/02/2017, regulamenta a obrigatoriedade das disciplinas Português, Matemática e Inglês, ao passo que coloca sob a égide dos percursos formativos flexibilizados as demais disciplinas do conhecimento. Visualizamos assim uma ligação direta entre os apontamentos levantados pela FIESC e essa reforma curricular.

Durante toda essa abordagem buscamos desvelar o conteúdo que está contido nas agendas eleitorais da FIESC de 2010 e 2014, demonstrando como não são teses neutras que beneficiariam toda a sociedade. Mas uma construção programática que está atrelada à produções do capital internacional, que se expressa nos últimos anos em um avanço do capital sob o setor público, representado por um movimento de privatização e terceirização na educação, com vista a transformá-la em mera mercadoria.

---

<sup>1</sup> Programa Internacional de Avaliação do Estudante. Neste trecho, a FIESC não expõe dados e nem informações de que pesquisa se trata esta conclusão.